

que o seu relator defendeu calorosamente, como já o havia feito em Lisboa, sem que todavia se apurasse resultado diferente do que se verificara na assemblea do Sul. Estiveram representados 71 Sindicatos, 6 Federações corporativas e 4 Federações de ofícios vários, incluída a

mente até Março de 1918, tendo aparecido o seu último suplemento em Setembro.

A partir da Conferência Operária, ganhou a U. O. N. um prestígio que a impôs à consideração não só das massas trabalhadoras do país, mas também ao respeito dos gover-

1.º Ano — Nº 1

Pr. 20 réis

29 de Abril de 1917

# o movimento



# operario

## BOLETIM DA UNIÃO OPERARIA NACIONAL

Redactor principal, Alexandre Vieira — Administrador, Manuel da Conceição Afonso.  
— Editor Ricardo Malheiro — Composto e impresso nas Oficinas Graficas, Rua do Poço das Negras, 81 — Redacção e Administração, C. do Combro, 38-A. 2.º — Lisboa

Federação das Associações Operárias do Porto, que ainda existia nessa data, só mais tarde se tendo fundido com a União dos Sindicatos da mesma cidade, criada logo em seguida ao Congresso de Tomar. No mesmo dia em que a Conferência foi iniciada na capital aparecia o 1.º número do *movimento operário*, boletim mensal da União Operária Nacional, que saiu regular-

nantes e da oligarquia conservadora, que por vezes trataram com ela como de potência para potência. E' que a actividade desenvolvida, quer pela sua comissão administrativa, quer pelo conselho central, foi de veras notável. Todos ali trabalhavam com dedicação — e não devemos esquecer que esse trabalho se fazia após as horas que cada um empregava nas respectivas oficinas

— e foi sobretudo mercê do aproveitamento de aptidões e do comum esforço dado à organização por um grupo de homens de forte vontade que a U. O. N., entre as derrotas que sofreu, registou belos triunfos.

Em face do progressivo agravamento da situação económica, provocado pela guerra, que estava então no auge, sucediam-se as greves, não só em Lisboa como na provincia, seguindo assim o operariado a orientação da recente Conferência Nacional, que numa das conclusões da tese *Carestia da vida* proclamara que «enquanto uma transformação social se não operasse, um único meio restava ao trabalhador para tornar possível a existência: a *luta incessante pelos salários mais altos*». Quasi todos os movimentos corporativos nesse período levados a efeito, em geral convergentes à melhoria de salários, foram coroados de êxito, tendo revestido uma particular importância, pelos sucessos a que deu lugar, o dos operários da construção civil, que ocorreu em Junho de 1917. Os sindicatos tinham feito ao patronato da industria particular e ao Estado uma reclamação de aumento de salário, que fôra desatendida. Em face disso, foi proclamada a greve na industria, atingindo muitos milhares de operários. A policia, quando muitos grevistas se encontravam na sede da Federação, à Calçada do Combro, entrou no edificio, prendendo-os a todos e encerrando não só as dependências daquelle organismo operário como as da U. O. N., ali também instalada. Alguns grupos de grevistas que estavam nas imediações, em face da atitude das autoridades, não occultaram a sua indignação, pelo que entrou em scena a guarda republicana. Esta e a policia, sem razão plausível, fize-

ram fogo sobre os populares, matando alguns destes e ferindo muitos outros. Semelhantes acontecimentos motivaram enorme indignação, exteriorizada numa paralisação geral de trabalho, votada pela U. O. N. a partir de 16. Este movimento teve tal importância que ao fim de 48 horas, que foi quanto durou, eram atendidas todas as reclamações apresentadas pelo comité dirigente: libertação dos operários que haviam sido presos e solução da greve da construção civil com vitória para os sindicatos nela interessados. A 18 do mesmo mês, pelos representantes das Associações de Classe dos Mestres de Obras, dos Construtores Civis e delegados dos Sindicatos operários da industria era firmado um acôrdo com percentagens que variavam entre 36 e 60%, tomando como base os salários mais baixos de antes da guerra, ficando salvaguardados os mais elevados, com a condição de quaisquer transgressões a tal acôrdo serem julgadas pelo tribunal de Arbitros Avindores. Em relação aos profissionais das obras do Estado, ficou assente que este lhes daria o trabalho por tarefa, que os operários executariam em comandita, tendo-lhes sido concedidos, além disso, 30% de aumento.

Uma outra greve geral, e esta não menos importante, se realizava em Lisboa e arredores, em Setembro, esta de solidariedade para com o pessoal dos correios e telégrafos, greve igualmente proclamada pela U. O. N.

Aquele pessoal, aguilhoado, como as outras corporações de trabalhadores, pelas crescentes dificuldades da existência, fêz ao governo um pedido de aumento de vencimentos. Atendeu o poder central apenas uma parte das reclamações que lhe tinham sido presentes, reduzindo, po-

rém, as percentagens ao pessoal em serviço na província e negando quaisquer melhorias aos funcionários que tivessem vencimentos superiores a 600\$00. Conhecida esta atitude do governo, o pessoal dos correios e telégrafos declarou-se em greve, apresentando uma nova lista de reclamações, ao mesmo tempo que entregava a três parlamentares a arbitragem do conflito.

Em face da atitude dos empregados dos correios e telégrafos, o governo, repelindo a idea da arbitragem, militarizou todo o pessoal, incluindo as mulheres... E como o seu singular decreto não tivesse produzido o pânico com que contara, começaram por mandar prender um milhar de grevistas, deixando, porém, em liberdade alguns milhares.

Quando o conflito, que se arrastava havia já alguns dias, estava neste pé, recebia a U. O. N. um officio do comité central dos grevistas em que participava que tendo reunido na véspera com representantes dos comités do Norte e Sul do país, resolvera entregar, por solicitação da classe, a resolução do conflito à Central de Sindicatos, officio confirmado por outro entregue no mesmo dia (3 de Setembro).

Patrocinando abertamente o movimento, a comissão administrativa da U. O. N. convocou immediatamente o conselho central, enviando um delegado ao Norte e instruções directas para o Sul, para que a acção a desenvolver fôsse nacional, ao mesmo tempo que mandava uma delegação ao ministro da guerra (Norton de Matos), que fez saber, por um dos seus secretários, que não tratava do assunto com civis. O conselho central, inteirado da acção desenvolvida pela comissão administrativa, sancionou-a e votou desde logo a greve geral, se a tanto

tivesse que chegar-se. No dia seguinte avistava-se uma delegação da U. O. N. com o presidente do ministério (Afonso Costa), que depois de tirar prudentemente os nomes aos delegados operários, declarava, após uma entrevista duma hora, que manteria a mobilização, dando, porém, a entender, mas por meias palavras, que não seriam exercidas represálias, desde que o trabalho fôsse imediatamente retomado (1).

Conhecidos os intuitos do governo, foi a greve geral votada a partir de 8 de Setembro. Nos dois primeiros dias o movimento não teve a importância desejada, mas nos dois últimos, pois a sua duração foi de quatro dias, em consequência dos esforços feitos pelo comité dirigente e seus auxiliares, tôdas as corporações operárias, incluídas as da viação terrestre, paralisavam, excepto os ferroviários, tornando-se a greve extensiva a Almada, Setúbal, Barreiro e Seixal. A capital era ocupada militarmente e o ministro da guerra, que fôra pessoalmente impor a Santo Amaro e ao Arco do Cego a saída dos carros, guarnecidos de tropa, apparecia em seguida no Rossio, a intimar os grevistas a retomar o trabalho, numa attitude grotesca. Entretanto, o pessoal dos correios e telégrafos recebia ofertas de arbitragem por parte das Associações Comerciais, tendo ido junto das mesmas uma comissão daquelle pessoal, acompanhada de dois delegados da U. O. N. Após

(1) A's primeiras horas do dia seguinte era preso em sua casa quem estas linhas escreve, um dos comissionados que entrevistarao presidente do ministério. Os delegados que o haviam acompanhado naquella diligência eram igualmente procurados, tendo, porém, a felicidade de não ser encontrados.

duas entrevistas que tiveram os delegados das organizações operárias com os da patronal, foi lida pelos primeiros uma nota oficiosa da U. O. N. que produziu funda impressão não só entre os representantes das associações comerciais, mas em todo o país. Terminava assim essa nota:

Em qualquer país de instituições razoavelmente democráticas o protesto público que se efectuou teria feito baquear o mais forte dos governos. Em Portugal, porém, a opinião pública não influi nas olímpicas decisões dos governantes.

A resolução do conflito está talvez em qualquer acto mais palpável, mais material e menos platónico do que um simples protesto. Mas como nós não queremos a responsabilidade de dirigir os acontecimentos por um caminho que ninguém sabe aonde nos conduziria; como os movimentos de opinião, por mais claros e precisos que sejam, nada influem no espírito do governo, e como finalmente os nossos camaradas telégrafo-postais, agradecendo o sacrifício e a solidariedade da família operária, entendem que esse sacrifício não deve ir mais além, porquanto o nosso protesto está feito por todo o país e duma maneira bem estrondosa, a U. O. N. entende ser do seu dever aconselhar o operariado a retomar o trabalho desde hoje.

A greve geral terminava, mas o governo, pouco depois, em face do forte movimento de opinião em favor dos grevistas, era forçado a ceder, atendendo as reclamações do pessoal dos correios e telégrafos, que registou uma bela vitória.

A seguir, depois de ter reorganizado a União dos Sindicatos de Lisboa, que havia tempo não exercia regularmente as suas funções, deliberou a U. O. N. interessar todas as associações operárias do país na intensificação dum movimento enfrentando o problema da carestia da vida, tendo sido nomeada uma sub-

comissão especial para tratar do assunto e votando uma quotização única de 2 centavos por sindicato para um fundo particular dessa sub-comissão.

Quando a U. O. N. estava empenhada na campanha em referência, surgia o movimento insurreccional de 5 de Dezembro, chefiado por Sidónio Pais, movimento a que aquela foi estranha, embora um grande número de operários, no desejo de se libertarem da opressão dos democráticos, tivesse, individualmente, cooperado no mesmo movimento. Logo às primeiras horas da insurreição, quando havia ainda muita incerteza sobre os seus resultados, dos operários que se encontravam no parque Eduardo VII de armas na mão, destacou-se um numeroso grupo que, dirigindo-se a Sidónio Pais, lhe declarou que estava disposto a sacrificar-se por uma causa que não era a sua, desde que os indivíduos presos por delitos económica e social fossem soltos, devendo sê-lo imediatamente os operários nessas condições que ali perto, na Penitenciária, se encontravam. Depois de algumas objeções postas pelo chefe da insurreição, que não lograram fazer desistir o referido grupo do seu intento, era dada ordem para a imediata libertação dos operários que estavam na Penitenciária, entre êles o rural Gonçalves Tormenta, preso desde 1912. Depois, em face de uma relação apresentada pela Comissão Pró-Presos por Questões Sociais, eram igualmente mandados em liberdade os restantes presos nas mesmas condições, que estavam distribuídos por outras cadeias.

No dia 9 de Dezembro, mal extintos os ecos da artelharía, realizava a U. O. N. na Praça dos Restauradores, um comício público, que

teve farta concorrência, e onde foram votadas as seguintes reclamações, que no dia immediato eram entregues, no quartel de artilharia 1, por uma comissão delegada daquelle organismo operário, a Machado Santos, membro da Junta Revolucionária:

A União Operária Nacional, como legitima representante dos sindicatos portugueses, pelos quais foi criada no Congresso Operário de Tomar e que ratificaram a sua existência na recente Conferência Operária (reuniões do norte e sul), resolve apresentar desde já à Junta Revolucionária com a sanção do povo de Lisboa, ora reunido em comício público, as seguintes reclamações, de carácter económico e social, que neste momento sintetizam as mais urgentes aspirações do proletariado e pela consecução das quais a organização operária afirma a sua inabalável disposição de pugnar, por todos os meios ao seu alcance, até à sua completa e inofismável effectivação:

Libertação immediata dos individuos que ainda restam nas prisões do país por delictos que se originaram em questões de ordem económica e social:

— Atenção das indicações que urgentemente, sobre a carestia da vida, a U. O. N. apresentará, e, além dessas, das seguintes, immediatamente indicadas:

a) Utilização immediata dos terrenos incultos, quer baldios, quer de propriedade particular, pelos sindicatos rurais, em beneficio comum, em conformidade com as aspirações manifestadas no 2.º Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado em Evora, em Abril de 1913;

b) Que os municípios adquiriram nas fontes de origem as subsistências para venda directa ao consumidor, dispensando-se assim os intermediários; e que nas comissões criadas nos municípios para esse efeito as organizações operárias se façam representar por delegados da U. S. O. com mandato revogável a todo o tempo;

c) Extinção de todos os monopólios;

d) Municipalização urgente, sem prejuizo

zo da concorrência, dos serviços de viação, água, gás, electricidade, etc., etc.;

— Revogação, pura e simples, da lei de 9 de Maio de 1891, reguladora da constituição e funcionamento das associações de classe e ampla liberdade de associação. Quando, porém, o Estado entenda que tem de regular este direito, que o faça respeitando as disposições do projecto de lei apresentado no parlamento, por Machado dos Santos;

— Revogação da lei de 26 de Julho de 1893 da autoria de um ministério João Franco sobre o direito de reunião;

— Revogação da actual lei de imprensa, tornando esta absolutamente livre e responsavel;

— Manter a abolição da censura à imprensa;

— Manter igualmente a revogação inofismável das leis de excepção;

— Extensão a todas as classes trabalhadoras das disposições da lei dos accidentes no trabalho;

— Abolição da contribuição industrial sobre todas as classes trabalhadoras;

— Fiscalização permanente, por direito proprio, por parte das organizações operárias, na construção, reparação, hygiene, funcionamento e segurança das fábricas, officinas, etc.;

— Reforma urgente do sistema pautal, segundo as indicações dos organismos operários das várias indústrias;

— Estabelecimento do dia normal máximo de 8 horas de trabalho para todos os ramos de actividade;

— Deferimento das multiplas reclamações dos organismos operários pendentes nos vários ministerios.

Estas reclamações foram sancionadas em comícios públicos a seguir realizados no Porto, Coimbra, Leiria, Barreiro, Odemira, Parede e outras localidades do país.

Ao cabo de dois meses, Sidónio Pais dignava-se, emfim, marcar audiência a uma delegação da U. O. N., audiência que se realizou no Palácio

de Belém a 5 de Março de 1918. O critério estreito, banal e vazio com que Sidónio se manifestou acêrca dos assuntos sôbre que a entrevistista versara e a altivez do então chefe de governo, que contrastava singularmente com a quasi meiguice do chefe da insurreição, deixaram pessimamente impressionados os comissionados, que a seguir faziam um minucioso relato ao Conselho Central da U. O. N., o qual aprovou uma moção, publicada em quasi todos os jornais, e que terminava com estas conclusões:

A União Operária Nacional entende que nada podem nem devem esperar as classes trabalhadoras de mais esta nova (?) situação política, que o operariado acolheu com benévola expectativa.

E, assim, convida os assalariados, tanto os das indústrias como os das profissões liberais, a ingressarem nas suas associações corporativas para lograrem conquistar o respeito pelos seus direitos e fazer valer as suas reivindicações, pois mais uma vez lhes deve ter sido demonstrado que os trabalhadores só podem confiar no seu próprio esforço de classe, actuando colectiva e solidariamente fora da acção e influencia de qualquer partido político.

Então já a nova situação política estava procedendo, em relação à classe operária, como os governos da *república velha*, pois alguns sindicatos tinham sido encerrados e presos vários operários. E em relação aos agrupamentos políticos, especialmente os democráticos, estava adoptando medidas tão draconianas que não podiam merecer a aprovação da organização sindicalista, que foi das primeiras a romper fogo contra as violências governamentais. Entretanto, as greves multiplicavam-se, visto que as condições económicas pioravam. Em Fevereiro publicava a União Operá-

ria Nacional um parecer sôbre a carestia da vida e suas causas, que foi largamente divulgada através do país.

Como, porém, em face das sucessivas greves, não só os governantes, mas uma importante parte da opinião pública, sustentassem que não havia assim possibilidade de melhorar a situação que se estava atravessando, e como, por um lado, a U. O. N. reconhecesse que se o recurso à greve de algum modo atenuava as condições económicas dos profissionais que estavam em circunstâncias de a êsse meio recorrerem, por outro lado criava uma péssima situação aos trabalhadores — e muitos êles eram — que tal recurso estavam impedidos de adoptar; ponderadas estas razões, a U. O. N. dirigia, em Maio, uma exortação a todos os assalariados, em manifesto profusamente distribuído, e de que quasi todos os jornais se occuparam, manifesto de que transcrevemos os seguintes trechos, onde se precisa o pensamento daquelle organismo:

Acresce a circunstância, muito para ponderar, de que só as corporações que possuem uma organização mais perfeita ou que desempenham misteres que não podem ser facilmente dispensados pela sociedade, estão aptas a reclamar com êxito, havendo porém a seu lado grupos de assalariados que, porque o seu número é tão insignificante que não lhes permite organizarem-se sindicalmente, ou porque pertencem a profissões consideradas como do luxo e, portanto, prescindíveis por um certo tempo, ou ainda por virtude de outras circunstancias, estão inibidas de agir, tendo todavia os seus componentes iguais necessidades a satisfazer e encontrando-se, consequentemente, condenados a adquirir os géneros pelo preço comum, uma vez que o comércio não distingue entre aquelles e estes. A vida, para esta última categoria de assalariados, é, como bem se com-

prende, dobradamente difficil, chegando mesmo a traduzir-se por um permanente e insuportável martírio, situação esta que não deve ser olhada com indiferença pela organização operária, cujo objectivo consiste exactamente em proporcionar a todos os trabalhadores, e não apenas a uma parte d'elles, os meios necessários à satisfação das suas necessidades.

Que os trabalhadores lutem pela alta incessante dos seus salários, a-fim-de se habilitarem a fazer face ao custo desmedido dos artigos indispensaveis à sua manutenção e à da respectiva prole, é boa tática. Mas quando a acção pára aí, os seus resultados são negativos. Seriam, porém positivos se simultaneamente se obviasse, por um movimento uniforme, ordenado, sempre potente, à ascensão constante do preço daqueles artigos, sem o que não há maneira de achar um equilibrio estável, por muita energia que se gaste e por muitos sacrificios que se levem a cabo.

Não tem sido este, todavia, o critério seguido até agora, pois que o proletariado tem olhado exclusivamente a primeira face do problema, a que mais salta à vista, relegando a segunda, aliás não menos importante, a um plano inferior, e assim resulta que o momentâneo beneficio colhido pelo aumento de salario é annullado immediatamente.

Deve a classe operária prosseguir em tal caminho?

A União Operária Nacional entende que não, porque elle só aparentemente atenua a situação do operário-consumidor.

Urge levar a efeito um movimento não duma corporação, mas das corporações operárias, de todo o proletariado, emfim que consume e que não ganha o necessário para adquirir o indispensável. Será um movimento ao mesmo tempo de reclamação de aumento de salario para todos os produtores cuja jorna esteja em manifestá desproporção com o actual custo da vida, e de opposição tenaz, organizada, sistemática, à alta injustificada dos artigos de primeira necessidade. E então, uma vez equilibrado o salario com o custo da

vida — principio que ninguém poderá apodar de injusto — desde que seja demonstrada a necessidade de determinado artigo ter fatalmente que subir de preço, o proletariado, fortemente unido, promoverá que suba proporcionalmente o salario.

Semelhante movimento, porém, que terá que ser um movimento nacional, não se faz somente com palavras, mas com obras sobretudo.

Não se realizará tampouco sem uma prévia preparação, e é a essa preparação que desde já todo o operariado organizado deve dedicar-se com tenacidade, falando não ao entusiasmo, mas ao raciocínio.

Simultaneamente, e sempre de accordo com a 2.<sup>a</sup> secção da U. O. N. (Pôrto), U. S. de Lisboa, Federações de Industria, etc., assentava a Central de Sindicatos num plano de trabalhos a levar a efeito, que consistia: 1.<sup>o</sup> Promover em todos os sindicatos do país assembleas consecutivas que apreciariam as reclamações por aquela elaboradas; 2.<sup>o</sup> Realização de comícios, no mesmo dia e à mesma hora, em Lisboa, Pôrto e em todos os outros centros industriais e agricolas do país; 3.<sup>o</sup> Preparação para a greve geral nacional e consequente efectivação desta, no caso que os governantes continuassem a desinteressar-se das reclamações da organização operária, movimento esse que teria por fim levar o govêrno a atender as que fossem immediatamente exequíveis e a estudar as restantes. Começou logo a fazer-se a preparação para os comícios, que foram marcados para 15 de Setembro, tendo partido 5 delegados da U. O. N. para o Alentejo e Algarve, os quais, com igual número de representantes da Federação Rural, realizaram, através daquelas provincias, dezenas de sessões preparatórias. 40 comícios públicos foram organizados, que as autoridades

proibiram, sob o pretexto da defesa da ordem, havendo-se feito em seu lugar sessões nos sindicatos, por entre violências da força armada, que em Montemor-o-Novo e em Alpiarça fuzilou alguns rurais. Estes factos e o desprêzo patenteado pelos governantes face às reclamações do movimento operário produziram grande excitação entre os trabalhadores organizados, pelo que a greve se tornou inevitável. A acção desenvolvida para esse efeito pelos delegados da U. O. N., não apenas em Lisboa, mas em todo o país, foi considerável, podendo mesmo dizer-se que nunca em Portugal, como então, se trabalhou tão intensa e extensamente na preparação duma greve. O pior é que o momento escolhido para a sua realização—18 de Novembro—foi péssimo, por três motivos: 1.º porque a *pneumónica* (terrível epidemia que dizimou milhares de vidas) grassava dum extremo ao outro do país; 2.º porque vinha de firmar-se o armistício, e como tivessem baixado os preços de alguns artigos que não eram de primeira necessidade, o consumidor, na sua boa-fé, supôs que as condições de vida iam melhorar; 3.º porque a uma consulta feita pelo comité central a 60 organizações de fora de Lisboa, a quasi unanimidade destas se manifestou pela inoportunidade da greve naquella conjuntura, ao contrário do que sustentavam os representantes dos sindicatos da capital. A greve foi, pois, lançada, havendo tido um início admirável por parte dos ferroviários do Sul e Sueste, que a despeito do governo, informado da eclosão do movimento, ter mandado ocupar as estações, venceram audaciosamente todos os obstáculos, dando uma rara nota de energia. Uma parte do Alentejo correspondeu corajosamente, especialmente Évora, cujo proletariado esteve em luta durante 8

dias, e as populações rurais de S. Manços, Redondo, Torre de Coelheiros, Montemor, S. Tiago do Escorial, Sousel, Vale de S. Tiago e Odemira, tendo os trabalhadores destas duas últimas povoações demonstrado grande espírito de combatividade, pelo que alguns dos mais conhecidos eram a seguir deportados para a Africa, onde estiveram cerca dum ano. Uma parte do operariado do Algarve, sobretudo o de Portimão, Silves e Olhão, acompanhou o movimento, tendo sido mortos na primeira das referidas localidades alguns marítimos. Em Setúbal também foi secundada a greve. No Norte do país quasi não teve repercussão, excepção feita aos trabalhadores da Póvoa de Varzim e ferroviários do Vale do Vouga e uma parte dos de Ovar e Gaia. Lisboa—exceptuados os gráficos, que durante três dias estiveram parados e impediram a saída dos jornais, e uma parte do operariado da indústria do mobiliário—pode dizer-se que não secundou o movimento, a despeito de ter sido por pressão dos seus representantes que elle fôra lançado em tão má hora.

Em face dêste insucesso, o governo, cuja maior opposição era precisamente a do proletariado syndicado, aproveitou o ensejo para vibrar fundo golpe na organização operária. Além de ter feito deportar sem julgamento, como atrás dizemos, os trabalhadores rurais mais activos de Odemira e do Vale de S. Tiago, mandou meter nas prisões todos os militantes conhecidos que não tinham conseguido pôr-se a bom recato, em cujo número figuraram muitos ferroviários do Sul e Sueste, previamente demitidos, entre estes: Miguel Correia, António José Piloto e Leopoldo Calapez. É claro que os homens da *república nova*, para em tudo se confundirem com os da

velha, no propósito de afastarem da U. O. N. o ambiente de respeito que esta havia conquistado, vieram a público fazer afirmações caluniosas, e se não sustentaram, como os seus antecessores, que os militantes sindicalistas estavam feitos com os monárquicos, não deixaram contudo de insinuar que estavam entendidos com os democráticos, tendo-se salientado nessa faina um alferes de nome Botelho Moniz, que figurava como director do jornal *A Situação*, o mesmo individuo que após o triunfo da insurreição de dezembro estivera numa reunião do conselho central da U. O. N. a pedir que esta auxiliasse o governo no combate ao problema das subsistências.

Estes factos e a maneira brutal como nas prisões eram tratados os adversários da nova situação politica, muitos dos quais foram barbaramente agredidos e outros mortos miseravelmente, mais avolumaram a opposição do movimento sindicalista aos governantes. Morto em Dezembro, na estação do Rossio, Sidónio Pais, as perseguições por parte dos seus partidários à organização operária mais se acentuaram, tendo-se assistido, durante o espaço de tempo que mediou entre aquele acontecimento e os funerais, a truculências inéditas, como a da policia, que então alardeava grande força, haver obrigado os sindicatos, sob a ameaça de assalto, a pôr as respectivas bandeiras a meia haste, completando assim a obra dos adeptos do chefe prostrado violentamente, que impunham o uso de gravata ou de braçadeiras negras, adrede confeccionadas em vários estabelecimentos do Estado.

Tendo estalado, pouco depois, o movimento republicano de Santarém, que encontrou nos elementos avançados a maior simpatia, movimento

a breve trecho sufocado, veio a seguir o do Norte, realizado pelos monárquicos, que, aproveitando habilmente a situação de predominio que governantes ineptos lhes haviam proporcionado, conseguiram estar, durante bastantes dias, senhores da situação naquele ponto do país. Em face desta séria tentativa das forças reaccionárias, o operariado do Sul, secundando o do Porto, que se bateu bem, mais uma vez pegou em armas para ir em defesa da república, tendo-se então produzido em Lisboa uma das mais imponentes manifestações que temos presenciado: a grande parada popular, na qual predominava o elemento operário, e o consequente cortejo, cortejo que, descendo a Avenida da Liberdade, veio significar a um governo de pusilânimes, senão de cúmplices, chefiado nesse momento por Tamagnini Barbosa, que todos aqueles homens estavam dispostos a bater-se para que a monarchia não triunfasse. Foram ainda muitos desses homens que, desencadeada em Lisboa, horas depois, a insurreição reaccionária, pelejaram bravamente, unindo o seu esforço ao duma reduzida fracção de forças militares fiéis, para que a república — esta república que por vezes tem caído traiçoeiramente sobre os operários — não sucumbisse aos pérfidos golpes das hostes monárquicas, que o sidonismo havia alentado desmesuradamente. Foi assim que na escalada de Monsanto nós vimos lutando lado a lado militantes sindicalistas e militantes republicanos. E quando, uma vez galgada a serra e escorraçados os monárquicos, fomos, com outros elementos operários, abrir as portas das prisões do forte a muitas dezenas de trabalhadores que lá se encontravam por virtude da acção que tinham desenvolvido nos meios sindicais contra os tiranetes da última hora, lá encon-

trámos igualmente numerosos republicanos.

Após Monsanto, voltaram as instituições sindicalistas a exercer regularmente a sua actividade, desde Novembro seriamente conturbada, tendo sido então que a U. O. N., por intermédio dum grupo de delegados seus, cheios de fé e de audácia (1), meteu ombros à empresa, que a muitos pareceu temerária, da fundação dum diário operário. Saíu o primeiro número de *A Batalha* a 23 de Fevereiro de 1919, e se o nosso nome aparece como o do seu primeiro redactor principal não é porque partilhássemos do entusiasmo que animava aquele grupo, o que realmente não sucedia, a pesar de não sermos das criaturas menos optimistas, mas porque, secretário geral da U. O. N., entenderam que não deveríamos deixar de assumir semelhante cargo, ao que só muito contrariado aquiescemos. Felizmente enganamo-nos nos nossos vaticínios, conforme o leitor está vendo em face até do presente volume, que é uma consequência da existência de *A Batalha*.

Depois da Conferência Operária de 1917, a U. O. N. — que havia de terminar a sua missão em Setembro de 1919, por virtude da criação da Confederação Geral do Trabalho, — chamou ao seu seio um grande número de organismos operários, parte dos quais ajudou a fundar. Assim, tendo a 1.ª secção, naquela data, 61 sindicatos aderentes, registava em 1919 a adesão de 119; quasi o dobro, e além de haver reorganizado a União dos Sindicatos Operários de Lisboa, contribuiu para a fundação de oito instituições si-

milares em vários pontos do Sul, tendo também concorrido para a organização da Federação dos Trabalhadores Rurais e realização do seu 3.º Congresso, que se effectuou no salão nobre do teatro de S. Carlos, em Lisboa (1). Os trabalhos desse congresso correm impressos num número especial do *Trabalhador Rural*, pouco depois publicado.

Alguns individuos pertencentes às chamadas profissões liberais, designados pelo operariado por «intellectuais», têm prestado ao Sindicalismo relevantes serviços, quer colaborando nos jornais operários, quer editando revistas e prestando por outros modos a sua assistência ao movimento operário avançado. Aí vão alguns nomes: Adolfo Lima, Severino de Carvalho, Bernardo de Sá, Emilio Costa, Neno Vasco (morto em 1920), Manuel Ribeiro, Pinto Quartim, Aurélio Quintanilha, Cristiano de Carvalho, César Porto, Sobral de Campos, Bento Faria e Campos Lima.

Os quatro primeiros, além de outros trabalhos que se lhes deve — alguns duma importância excepcional — sustentaram, de 1911 a 1913, a revista *Lumen*, e de 1916 a 1917 uma outra revista intitulada *Germinal*, tendo também colaborado, bem assim alguns dos restantes, na revista *A Sementeira*, de Hilário Marques, que iniciou a sua publicação em 1908 e suspendeu em 1919.

Novembro de 1925.

Alexandre VIEIRA

(1) Essa comissão foi constituída, entre outros, por Pinto Quartim, Raúl Neves Dias, José António de Almeida, Francisco Cristo, Hilário Marques, Perfeito de Carvalho, Joaquim Cardoso e Eduardo Freitas.

(1) Promovido pela U. O. N., realizou-se então, no Restaurante Faustino, à Avenida da Liberdade, um banquete de confraternização oferecido aos congressistas pelos seus camaradas de Lisboa, tendo assistido 110 pessoas.